

RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.235 - RS (2016/0050565-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : BUENAVISTA CONDOMINIO PARQUE
ADVOGADOS : JOSÉ VENDRUSCOLLO E OUTRO(S) - RS034576
ADILSON SANTO DAL BOSCO JUNIOR - RS039525
RECORRIDO : FRANCISCO ANTONIO DA CRUZ OLIVEIRA
ADVOGADO : ALEX GENTA DE LEAO E OUTRO(S) - RS071189

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** CONDOMÍNIO. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA QUE AFASTOU SÍNDICO. DECLARATÓRIA DE NULIDADE. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. VERIFICADA A OCORRÊNCIA DE OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO SOBRE QUESTÕES RELEVANTES LEVANTADAS NOS ACLARATÓRIOS QUE DEVERIAM TER SIDO EXAMINADAS OU ESCLARECIDAS PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO CONFIGURADA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO EM PARTE.

DECISÃO

FRANCISCO ANTONIO DA CRUZ OLIVEIRA (FRANCISCO) ajuizou de ação de rito ordinário contra BUENAVISTA CONDOMÍNIO PARQUE (CONDOMÍNIO), visando a declaração de nulidade da assembléia geral extraordinária que votou e aprovou o seu afastamento do sindicato, com a abertura de sindicância contra seus atos de gestão, bem como anulou todos os atos praticados pela administração após a referida assembléia.

O Magistrado de primeiro grau julgou improcedente o pedido (e-STJ, fls. 196/204).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul deu provimento à apelação de FRANCISCO para julgar procedente a declaratória de nulidade da assembléia condominial e negou provimento ao recurso do CONDOMÍNIO, com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL CONDOMÍNIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ASSEMBLÉIA CONDOMINIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Faltando previsão na convenção quanto ao quorum para o

afastamento provisório, o critério mais seguro é aplicar o quorum convencionado à maioria absoluta. Desconstitui-se a deliberação da assembléia quanto ao afastamento provisório, mas não há segurança para o Tribunal reintegrar o síndico na investidura, pelos efeitos imponderáveis no âmbito do condomínio, desde quando foi afastado. Julga-se procedente a ação declaratória de nulidade de assembléia condominial quando ausente a totalidade dos requisitos legais na realização da assembléia, redimensionando-se os encargos sucumbenciais (e-STJ, fl. 264).

Os embargos de declaração opostos pelas partes foram rejeitados (e-STJ, fls. 299/303 e 304/311).

Inconformado, CONDOMÍNIO interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação dos arts. 187 e 1.349, ambos do CC/02 e 535, II, do CPC/73, ao sustentar **(1)** os vícios apontados nos embargos de declaração não foram sanados, devendo ser anulado o acórdão impugnado, para que outro seja proferido; **(2)** que o *quorum* exigido para a decisão assemblear que afastou o síndico é a maioria absoluta dos presentes na assembléia e não a maioria da totalidade dos membros do condomínio; **(3)** a inocorrência de abuso de direito, na medida em que a maioria absoluta presente na assembléia foi observada; e **(4)** divergência jurisprudencial com julgado do STJ.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 341/353).

O apelo nobre não foi admitido na origem. Dei provimento ao agravo em recurso especial para melhor exame de matéria.

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar, em parte.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da violação do art. 535 do CPC/73

CONDOMÍNIO sustentou que, apesar dos embargos de declaração, o acórdão foi omissos pois deixou de examinar a questão à luz do disposto nos arts. 1.333, 1.334, III, e 1.349 do CC/02, ou seja, deveria o colegiado ter se manifestado expressamente se a assembléia estava ou não investida em poderes para afastar o recorrido mediante o preenchimento do quorum qualificado, que era a maioria dos membros presentes na assembléia.

Acrescentou, ainda, que houve omissão a respeito de fato superveniente decorrente do conflito que se seguiu após a distribuição da ação, pois FRANCISCO prosseguiu com ações e assim não poderia continuar representando o condomínio e ao mesmo tempo ser autor e réu.

Apesar da aparente relevância dos questionamentos trazidos nos aclaratórios pelo CONDOMÍNIO, a Corte gaucha não enfrentou tais temas, sob o fundamento de que todas as questões postas pelas partes foram enfrentadas e resolvidas.

Nesse cenário, a meu ver, o acórdão recorrido foi omissos, ou, no mínimo obscuro, porque não enfrentou especificamente tais alegações trazidas pelo embargante nos seus embargos de declaração.

Desse modo, cabia ao TJ/RS analisar e sanar o vícios apontados, tendo em vista, sobretudo, que tais questões foram aduzidas no momento processual oportuno, qual seja, nos embargos de declaração, e que se mostram, em princípio, relevantes ao deslinde da controvérsia, porque da forma como a questão foi decidida, não há como o STJ examinar as teses trazidas nas razões do apelo nobre.

Diante disso, o acórdão recorrido deve ser integrado de modo a esclarecer, precisamente, sobre tal alegação trazida oportunamente nos embargos de declaração.

Assim, tendo o CONDOMÍNIO interposto o presente recurso por ofensa ao art. 535 do CPC/73 e, em face da relevância das questões suscitadas, tenho como necessário o debate acerca de tais pontos omissos/obscuros pelo Tribunal gaúcho, de modo que a prestação jurisdicional seja prestada de forma completa e precisa ao jurisdicionado.

Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO RECONHECIDA.
1. Se, a despeito da provocação para sua manifestação, o Tribunal de origem permanece silente a respeito de questões relevantes que demandavam pronunciamento, impõe-se a anulação do acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração para que sejam esclarecidas referidas

matérias.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 722.229/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 4/2/2016 - sem destaque no original)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PROVA PERICIAL. MOMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO PERITO. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DA QUALIDADE TÉCNICO/CIENTÍFICA DO LAUDO PERICIAL. IMPUGNAÇÃO APÓS A ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS PERICIAIS. POSSIBILIDADE (CPC, ART. 424, I). OMISSÕES RELEVANTES NO JULGADO (CPC, ART. 535). OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Omissis.

8. Constatando-se violação ao art. 535, II, do CPC, por omissões acerca de questões nevrálgicas para a completa prestação jurisdicional, deve-se anular o v. acórdão recorrido para que, novamente, sejam julgados os embargos de declaração, sanando-se as omissões existentes e relevantes.

9. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp nº 1.175.317/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe de 26/3/2014, sem destaque no original).

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC CONFIGURADA. OMISSÕES NO ACÓRDÃO RECORRIDO. RETORNO DOS AUTOS PARA EXAME DE TEMA ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Quando os temas suscitados nos embargos de declaração são indispensáveis ao deslinde da controvérsia e o Tribunal de origem não se pronuncia acerca de tais questões, mister a anulação do acórdão para que outro seja proferido, ante a contrariedade ao artigo 535 do Código de Processo Civil.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 207.443/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe de 18/12/2012, sem destaque no original).

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NULIDADE DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015), a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos

essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

2. Na espécie, apesar da oposição dos Aclaratórios, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a seguinte alegação: "de que, no caso em tela, trata-se de execução de sentença contra a Fazenda Pública oriunda da ação coletiva nº 1999.38.00.014767 (em que foram partes o SINTSPREV/MG versus INSS), sendo cabível, por essa razão, a fixação de honorários advocatícios, conforme o disposto nos art. 20, caput e §§ 3º e 4º, do CPC, arts. 90, 91, 97 e 98 do CDC, arts. 15 e 21 da Lei nº 7.347/85 e nos termos da súmula 345 deste Superior Tribunal de Justiça, in verbis: 'São devidos os honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas'" (fl. 270, e- STJ, grifos no original).

3. Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem para que este se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão apontada.

4. Recurso Especial provido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração.

(REsp nº 1.663.643/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado aos 16/5/2017, DJe de 16/6/2017, sem destaque no original)

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que a questão de direito ventilada nas razões de recurso tenha sido analisada pelo acórdão objurgado. Assim, recusando-se a Corte de origem a esclarecer o alcance do julgado terminou por negar prestação jurisdicional ao recorrente.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.

1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.

Superior Tribunal de Justiça

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp nº 1.187.807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado aos 21/6/2012, DJe de 28/6/2012).

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que sane ou esclareça os vícios alegados oportunamente nos embargos de declaração do ora recorrente.

Assim, considerando-se a necessidade de remessa do processo à instância *a quo*, resta prejudicado o exame das demais questões ventiladas no recurso especial do CONDOMÍNIO.

Nessas condições, **CONHEÇO** em parte do recurso especial e, nessa extensão, **LHE DOU PARCIAL PROVIMENTO** para reconhecer a ofensa ao art. 535 do CPC/73 e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para saneamento dos vícios trazidos nos embargos declaração acima destacados, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator